Contributo da AssociaÃ§Ã£o â€œO Direito de Aprenderâ€•

Afixado por O Direito de Aprender - 17/07/06 14:07

No dia 12 de Dezembro a AssociaÃ§Ã£o â€œO Direito de Aprenderâ€• organizou um Encontro de EducaÃ§Ã£o e FormaÃ§Ã£o Adultos. Neste Encontro participaram diversas pessoas e InstituiÃ§Ãµes que tÃªm intervindo de uma forma activa nesta Ã¡rea. De salientar que na preparaÃ§Ã£o do Encontro todos puderam dar o seu contributo atravÃ©s dum site criado especificamente para o referido Encontro.
Estas propostas sÃ£o o reflexo das diversas intervenÃ§Ãµes ao longo desse Encontro.
Uma questÃ£o essencial: porque Ã© que, num paÃ-s como Portugal, onde hoje ainda a populaÃ§Ã£o adulta revela os mais baixos Ã-ndices de escolarizaÃ§Ã£o e qualificaÃ§Ã£o dos 25 Estados-Membros da UniÃ£o Europeia, nunca foi dada prioridade polÃ-tica Ã Ã¡rea da educaÃ§Ã£o de adultos, da educaÃ§Ã£o e formaÃ§Ã£o de adultos?

A resposta comporta diferentes componentes. Por um lado, a falta, a ausÃªncia, de um movimento social forte dentro do sector, que tenha realmente capacidade de influenciar decisÃµes polÃ-ticas, de se mostrar e provar a sua relevÃ¢ncia, como interlocutor incontornÃ¡vel, na concepÃ§Ã£o, execuÃ§Ã£o, avaliaÃ§Ã£o de polÃ-ticas de educaÃ§Ã£o de adultos. Isto significa que o sector Ã© chamado hoje a organizar-se nesse sentido. E nÃ£o sÃ³ para influenciar uma eventual polÃ-tica nacional, mas tambÃ©m porque jÃ¡ existem, nos paÃ-ses parceiros da UniÃ£o Europeia, organizaÃ§Ãµes que, a nÃ-vel nacional, representam todo este movimento de educaÃ§Ã£o e formaÃ§Ã£o de adultos e com as quais Portugal nÃ£o pode hoje dialogar, por nÃ£o possuir uma estrutura representativa dessa dimensÃ£o.
Outro factor que explicarÃ¡ esta marginalidade serÃ¡ certamente o facto de se tratar de um campo relativamente indefinido, de fronteiras flexÃ-veis, difÃ-ceis de traÃ§ar com muito rigor; daÃ- resulta nÃ£o haver, da parte dos poderes pÃºblicos, realmente, uma ideia muito clara do que seja a educaÃ§Ã£o e formaÃ§Ã£o de adultos, nÃ£o sendo consequentemente considerada como uma Ã¡rea-alvo para polÃ-ticas e programas especÃ-ficos.
PorÃ©m, fundamentalmente, esta ausÃªncia crÃ³nica de uma polÃ-tica pÃºblica prÃ³pria terÃ¡ a ver com o facto de nÃ£o ter ainda surgido em Portugal um governo genuinamente motivado para enfrentar a desigualdade econÃ³mica e sociocultural, desde sempre endÃ©mica entre nÃ³s, atravÃ©s de uma polÃ-tica capaz de promover, de forma consistente e integrada, a expressÃ£o quotidiana da cidadania, a promoÃ§Ã£o educativa e cultural, a prosperidade material â€“ para todos.
Este campo vasto e diversificado que Ã© a educaÃ§Ã£o e formaÃ§Ã£o de adultos tem, precisamente, como uma das suas caracterÃ-sticas essenciais, uma forte heterogeneidade, uma profunda diversidade, o que a distingue de graus ou nÃ-veis de educaÃ§Ã£o oferecidos a outros nÃ-veis etÃ¡rios, como o prÃ©-escolar, o bÃ¡sico, o secundÃ¡rio ou o universitÃ¡rio que apresentam uma certa unidade e fronteiras bem definidas. Ã‰ isso que faz a riqueza da educaÃ§Ã£o e formaÃ§Ã£o de adultos, como Ã© isso que faz tambÃ©m a sua fraqueza, no sentido de mais dificilmente poder ser pensado este sector como um objecto â€œnaturalâ€• de polÃ-tica pÃºblica. Ora, essa diversidade, essa heterogeneidade, nÃ£o sÃ£o mais que o reflexo das caracterÃ-sticas de uma populaÃ§Ã£o adulta, que tambÃ©m (felizmente, pois Ã© isso que faz a riqueza das naÃ§Ãµes e das populaÃ§Ãµes) Ã© extremamente diversificada. E um dos princÃ-pios fundamentais na educaÃ§Ã£o e formaÃ§Ã£o de adultos Ã©, precisamente, o de procurar ajustar-se, sempre e o melhor possÃ-vel, Ã s caracterÃ-sticas prÃ³prias de todas e de cada uma das pessoas com quem se pretende trabalhar. Nesta perspectiva de ajustamento, de adequaÃ§Ã£o, a cada pessoa, e tambÃ©m a cada grupo social ou a cada territÃ³rio, Ã© natural que surjam experiÃªncias de uma enorme variedade, de uma grande diversidade, como Ã© tambÃ©m natural e Ã³bvio que se conclua pela impossibilidade de uma sÃ³ instituiÃ§Ã£o, de uma sÃ³ organizaÃ§Ã£o, ter o monopÃ³lio de intervenÃ§Ã£o nesta Ã¡rea. Esta Ã¡rea Ã©, fundamentalmente, um espaÃ§o de investimento â€“ cÃ-vico e profissional, e atÃ© afectivo - para uma gama variadÃ-ssima de organizaÃ§Ãµes e instituiÃ§Ãµes. A educaÃ§Ã£o e formaÃ§Ã£o de adultos nÃ£o pode, de facto, fazer-se sem cooperaÃ§Ã£o, a articulaÃ§Ã£o, entre dezenas, centenas, milhares de organizaÃ§Ãµes, com as suas caracterÃ-sticas prÃ³prias, cada uma mais apropriada do que outra para intervir em determinado territÃ³rio, com determinado grupo social ou tipo de pessoas com quem prevÃª trabalhar.

A necessidade de contextualizar a educaÃ§Ã£o e formaÃ§Ã£o de adultos Ã© fundamental neste domÃ-nio e, certamente, que teremos de pensar em dois tipos de instrumentos essenciais ao desenvolvimento, ao fortalecimento, do sector de educaÃ§Ã£o e formaÃ§Ã£o de adultos. Por um lado, a criaÃ§Ã£o e consolidaÃ§Ã£o de estruturas organizacionais especÃ-ficas, como sejam as parcerias territoriais de educaÃ§Ã£o e formaÃ§Ã£o de adultos. Este trabalho â€“ combinando modalidades formais, nÃ£o-formais e informais - terÃ¡ que ser feito, essencialmente, numa escala local. E porque uma intervenÃ§Ã£o contextualizada Ã© fundamental, serÃ¡ necessÃ¡rio identificar todas as entidades, organizaÃ§Ãµes e instituiÃ§Ãµes que tÃªm um papel real a desempenhar na Ã¡rea da educaÃ§Ã£o e formaÃ§Ã£o de adultos, procurando que se criem, que se reforcem, que se consolidem, assim, parcerias territoriais de educaÃ§Ã£o e formaÃ§Ã£o de adultos.
Por outro lado, estas parcerias deverÃ£o ser fundadas, criadas, definidas, em paralelo com a elaboraÃ§Ã£o de um plano territorial integrado de educaÃ§Ã£o e formaÃ§Ã£o de adultos, que deverÃ¡ surgir como resultado de negociaÃ§Ãµes, articulaÃ§Ãµes, de diÃ¡logos, de convergÃªncias ou divergÃªncias a nÃ-vel territorial. Ã‰, de facto, vital, para o sucesso de um estratÃ©gia de educaÃ§Ã£o e formaÃ§Ã£o de adultos, no nosso paÃ-s, que surjam estas plataformas de negociaÃ§Ã£o e consenso, onde instituiÃ§Ãµes pÃºblicas e instituiÃ§Ãµes privadas, parceiros sociais, instituiÃ§Ãµes privadas de tipo empresarial e instituiÃ§Ãµes privadas de tipo associativo, todas Ã volta de uma mesma mesa, possam acordar num plano com o qual sintam uma certa identificaÃ§Ã£o. Um plano que, em seguida, seja implementado tambÃ©m em parceria, porque, se trabalha aqui, prioritariamente, no sentido da inserÃ§Ã£o social e da transmissÃ£o e aquisiÃ§Ã£o de competÃªncias de base, pelo que farÃ¡ todo o sentido contar tambÃ©m com parceiros que possam disponibilizar, estÃ¡gios de trabalho em situaÃ§Ã£o real; como Ã© igualmente necessÃ¡rio que as escolas (de todo o tipo e de diferentes nÃ-veis, e incluindo, sem dÃºvida, as profissionais) faÃ§am parte destas parcerias territoriais.

De facto, a escola tem um trabalho muito importante a realizar nesta Ã¡rea de educaÃ§Ã£o e formaÃ§Ã£o de adultos, atÃ© para se auto-reformar, atÃ© para melhorar o seu desempenho, e nÃ£o sÃ³ em relaÃ§Ã£o a adultos, como tambÃ©m no trabalho corrente com os â€œseusâ€• grupos etÃ¡rios. A escola tem aqui, sem dÃºvida, um papel deveras importante, mas nÃ£ se pode, todavia, aceitar que ela assuma o protagonismo no campo da educaÃ§Ã£o e formaÃ§Ã£o de adultos. TerÃ¡ que desempenhar sempre um papel de parceiro entre parceiros, cooperando de igual para igual com as demais organizaÃ§Ãµes intervenientes neste sector, muitas delas com uma longa experiÃªncia nesta Ã¡rea e com as quais a escola poderÃ¡ aprender muito relativamente Ã s metodologias especÃ-ficas, aos processos especÃ-ficos, que realÃ§am a autonomia da educaÃ§Ã£o de adultos.

Nestas parcerias, de base local, Ã© de sublinhar o papel insubstituÃ-vel das organizaÃ§Ãµes de terreno, de natureza cÃ-vica e solidÃ¡ria, que trabalham nesta Ã¡rea hÃ¡ muitos anos e a vÃ¡rios tÃ-tulos. Se estamos agora, esperamos estar, num momento de novo arranque para a educaÃ§Ã£o e formaÃ§Ã£o de adultos, esse novo arranque nÃ£o pode nascer do zero, mas terÃ¡ que enraizar-se no que jÃ¡ foi construÃ-do atÃ© hoje. Para isso, hÃ¡ que saber consolidar o que de bom, efectivamente, jÃ¡ foi feito, estÃ¡ a ser feito, em muitos pontos do paÃ-s, muitas vezes, atravÃ©s de pequenas organizaÃ§Ãµes invisÃ-veis, de projectos escondidos pelo paÃ-s fora, sem qualquer visibilidade e vivendo frequentemente, na marginalidade e em situaÃ§Ã£o de muita dependÃªncia e precariedade, sob a pressÃ£o constante de obstÃ¡culos de vÃ¡ria ordem, sobretudo financeiros, mas nÃ£o sÃ³.

Para que as parcerias tenham lugar e para que as organizaÃ§Ãµes com grande experiÃªncia neste campo e com um trabalho bem ajustado a tipos especÃ-ficos de participantes, (geralmente os mais desfavorecidos) desempenhem cabalmente o seu papel - um papel, sem dÃºvida, incontornÃ¡vel neste processo â€“ hÃ¡ que reconhecer a necessidade de um enquadramento institucional e polÃ-tico mais propÃ-cio Ã educaÃ§Ã£o e formaÃ§Ã£o de adultos em Portugal e Ã s organizaÃ§Ãµes da sociedade civil que vÃªm investindo neste campo. A educaÃ§Ã£o e formaÃ§Ã£o de adultos Ã© a Ã¡rea mai crÃ-tica dentro do nosso sistema de educaÃ§Ã£o e formaÃ§Ã£o ao longo da vida e necessitamos, por isso, de algumas decisÃµes muito corajosas neste domÃ-nio. Procurar e encontrar algumas soluÃ§Ãµes apropriadas para a educaÃ§Ã£o e formaÃ§Ã£o de adultos passarÃ¡ sempre pelo reconhecimento claro da especificidade do sector. Trabalhar com adultos nÃ£o Ã© o mesmo que trabalhar com jovens ou trabalhar com crianÃ§as. Trabalhar com adultos exige processos, metodologias, conteÃºdos, materiais e estruturas especÃ-ficas, e muitas vezes exclusivas da educaÃ§Ã£o e formaÃ§Ã£o de adultos.

Uma pergunta final: serÃ¡ que os actuais poderes polÃ-ticos vÃ£o manter aquilo que os dois governos anteriores fizeram, ou desfizeram, relativamente a este sector, ou, pelo contrÃ¡rio, pretendem enfim retomar uma orientaÃ§Ã£o mais valorizadora da educaÃ§Ã£o e formaÃ§Ã£o de adultos, tal como a que jÃ¡ fora adoptada entre 1995 e 2002?
Deveria equacionar-se, neste momento, a recriaÃ§Ã£o da ANEFA, certamente Ã luz da experiÃªncia dos seus dois anos de actividade. Faz, de facto, sentido pensar-se uma nova ANEFA, a quem se peÃ§a um papel sobretudo â€œfacilitadorâ€•, considerando que a educaÃ§Ã£o e formaÃ§Ã£o de adultos nÃ£o Ã© sector que necessite de um serviÃ§o central a ditar ordens e encomendas, mas precisa certamente de um serviÃ§o central prÃ³prio â€“ apoiado e legitimado por uma base social representativa de todas as organizaÃ§Ãµes intervenientes nesta Ã¡rea - que seja capaz de enquadrar, de facilitar, a criatividade social, a experimentaÃ§Ã£o social, sempre muito ricas mas fragmentadas, e numa constante situaÃ§Ã£o de precariedade. Portanto, essa nova ANEFA deveria reflectir, dentro do seu papel facilitador, os tipos de concertaÃ§Ã£o e de parceria necessÃ¡rios para, entre o sector pÃºblico, o sector empresarial privado e o sector cÃ-vico solidÃ¡rio, se construir, em conjunto e nesta base tripartida, a educaÃ§Ã£o e formaÃ§Ã£o de adultos em Portugal como um verdadeiro projecto de sociedade.

Para alÃ©m de uma estrutura especÃ-fica, que realmente se considera necessÃ¡ria para revitalizar a Ã¡rea da educaÃ§Ã£o e formaÃ§Ã£o de adultos, urge tambÃ©m conceber e aplicar â€“ igualmente com base num processo de participaÃ§Ã£o alargada um programa nacional especÃ-fico para a populaÃ§Ã£o adulta. Aqui, a ComissÃ£o Europeia parece indicar-nos a boa direcÃ§Ã£o, pois estÃ¡ a prever para o perÃ-odo 2007/2013, para alÃ©m do â€œLeonardoâ€•, na Ã¡rea da formaÃ§Ã£o profiss trÃªs grandes programas no Ã¢mbito da educaÃ§Ã£o: o â€œComeniusâ€•, para as escolas em geral, o â€œErasmusâ€•, para universidades e o â€œGrundtvigâ€• para a educaÃ§Ã£o de adultos. A ComissÃ£o reconhece, assim, formalmente, a autonomia da educaÃ§Ã£o de adultos, na medida em que lhe dedica um programa especÃ-fico, nÃ£o o integrando em qualquer dos outros programas ligados a estabelecimentos de ensino ou de formaÃ§Ã£o profissional.

AlÃ©m disso, um programa nacional para a educaÃ§Ã£o e formaÃ§Ã£o de adultos deverÃ¡, por certo, inspirar-se em algumas iniciativas europeias que tiveram grande sucesso em Portugal, encontrando-se atÃ© na gÃ©nese de muitas organizaÃ§Ãµes e associaÃ§Ãµes locais que hoje trabalham, e muito, na Ã¡rea da educaÃ§Ã£o e formaÃ§Ã£o de adultos, programas como o â€œLeaderâ€•, para o desenvolvimento rural, ou como o â€œEqualâ€•, na Ã¡rea da intervenÃ§Ã£o social, is programas geridos de uma forma descentralizada, na base de um plano de acÃ§Ã£o local, previamente acordado e negociado por parcerias territoriais, programas que se executam na base de contratos plurianuais, assegurando desta forma a estabilidade e continuidade tÃ£o necessÃ¡rias ao bom desempenho e Ã eficÃ¡cia de todos os processos de educaÃ§Ã£o e formaÃ§Ã£o de adultos.

AssociaÃ§Ã£o â€œO Direito de Aprenderâ€•
http://www.direitodeaprender.com.pt

Julho de 2006

==========